

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.821.729 - PR (2019/0177273-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **SOTELPA HOTÉIS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **LUÍS OGUEDES ZAMARIAN - PR042446**  
                  **JOSE GUILHERME ZOBOLI - PR048675**  
                  **GABRIELA REGINA DE MACHADO CARDOSO - PR072022**  
                  **FELIPE VIEIRA BAUMGÄRTNER - PR084899**  
**RECORRIDO** : **FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por SOTELPA HOTÉIS LTDA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO. ART. 174 DO CTN. ADESÃO A PARCELAMENTO. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. CABIMENTO.

1. O art. 174, parágrafo único, I a IV, do CTN, elenca as causas que interrompem a prescrição, e deve ser interpretado em conjunto com o art. 240, caput e § 1º, do CPC vigente (equivalente ao art. 219, § 1º, do CPC/73). ‘(...) o marco interruptivo atinente à prolação do despacho que ordena a citação do executado retroage à data do ajuizamento do feito executivo, a qual deve ser empreendida no prazo prescricional.’ (REsp 1120295/SP, art. 543-C do CPC/73).

2. A adesão a programa de parcelamento tributário requer a confissão do débito que o contribuinte almeja parcelar, interrompendo-se, nesse momento, o prazo prescricional (art. 174, parágrafo único, IV, do CTN) e suspendendo-se a exigibilidade do crédito tributário (art. 151, VI, do CTN), ainda que futuramente esse parcelamento não seja validado.

3. O acolhimento parcial da exceção de pré-executividade autoriza a condenação do excepto no pagamento de honorários advocatícios sobre o proveito econômico obtido, correspondente ao valor do débito atualizado excluído da CDA" (fl. 39e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta a existência de dissídio jurisprudencial sustentando que:

"No caso do presente Recurso Especial afere-se que o cabimento está alinhavado no artigo 105, III, alínea "c", posto que a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça a quo aplicou entendimento distinto deste C. Superior Tribunal de Justiça (exarado em precedentes específicos – AgInt no EAREsp n. 862.131/SP e AgInt nos EDcl no REsp 1.559.466/RS) acerca da fixação do termo inicial da prescrição como a data da rescisão material do parcelamento.

Inexiste óbice preliminar à admissão do presente recurso, que deverá ser regularmente admitido e processado, para posterior provimento.

(...)

Recurso Especial não cuida de enfrentar as circunstâncias de fato da lide, pois estas já estão satisfatoriamente delineadas no v. Acórdão atacado – INCONTROVERSAS.

Noutras palavras, in casu, não se cuida de enfrentar, através do presente Recurso Especial, os fatos que geraram o entendimento do E.

Tribunal de origem, mas apenas de averiguar que, com a decisão proferida, o v. acórdão recorrido decidiu em desconformidade com a posição exarada por este C. STJ em precedentes específicos, ensejando um dissídio jurisprudencial e conflito direto com o entendimento deste C. Tribunal no AgInt no EAREsp n. 862.131/SP e AgInt nos EDcl no REsp 1.559.466/RS.

Vale dizer, com base nas premissas factuais delineadas nas instâncias ordinárias, sem modifica-las em nada, pode-se dar interpretação diversa daquela dada pelo Tribunal a quo, como é o caso, inclusive, do acórdão paradigma a seguir cotejado.

Assim bem delimitou a controvérsia o v. acórdão recorrido:

(...)

Desta feita, no presente caso a contenda se exprime no dissídio jurisprudencial gerado em decorrência da contrariedade direta do entendimento exarado pelo E. Tribunal a quo que conflita com precedentes específicos deste C. STJ (AgInt no EAREsp n. 862.131/SP e AgInt nos EDcl no REsp 1.559.466/RS), visto que o v. acórdão não reconheceu a fixação do termo inicial da prescrição como a data da rescisão material do parcelamento.

Portanto, o v. acórdão deve ser reformado para o reconhecimento da prescrição dos créditos tributários, visto transcurso de 5 (cinco) anos, 2 (dois) meses e 25 (vinte e cinco) dias entre a data da rescisão material desta do parcelamento (29/02/2012) e o ajuizamento da execução fiscal (25/05/2017) – DATAS INCONTROVERSAS.

(...)

No presente caso, o cerne da questão reside na questão da fixação do termo inicial do lustro prescricional na data da rescisão material do parcelamento tributário – conforme precedentes específicos deste C. STJ.

Deve ser reconhecido que o entendimento proferido pelo Tribunal a quo, que fixou o MARCO INICIAL DA PRESCRIÇÃO na data de exclusão formal e desconsiderou a DATA DE RESCISÃO MATERIAL DO PARCELAMENTO, divergiu da jurisprudência assentada por este Colendo Superior Tribunal de Justiça, no acórdão paradigma proferido também por este C. Superior Tribunal de Justiça no AgInt no EAREsp n. 862.131/SP – 1ª Turma de Relatoria do Ministro Benedito Gonçalves:

(...)

No mesmo sentido, AgInt nos EDcl no REsp 1.559.466/RS - 1ª Turma de Relatoria do Ministro Gurgel de Faria:

(...)

Comparando-se analiticamente os suportes fáticos idênticos existentes entre os dois acórdãos, o que enseja a aplicação em ambos da mesma tese jurídica, verifica-se que nestes autos houve a fixação do termo a quo da prescrição na data de exclusão formal e desconsiderou a data de rescisão material do parcelamento, contrariando o entendimento exarado por este C. Tribunal Superior do julgado supracitado – conforme passagem do acórdão:

(...)

O cotejo fático-analítico demonstra que ambos os casos analisam a fixação do termo a quo do lustro prescricional, em casos de rescisão de parcelamento tributário aderido pelo sujeito passivo.

A Recorrente indicou o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos, 2 (dois) meses e 25 (vinte e cinco) dias entre a data da rescisão material desta do parcelamento (29/02/2012) e o ajuizamento da execução fiscal (25/05/2017) – DATAS INCONTROVERSAS (não havendo reexame de fatos/provas).

Fica evidente o lapso temporal entre o início do prazo prescricional (data seguinte a rescisão material do parcelamento) e o ajuizamento da execução fiscal é superior ao prazo de 5 (cinco) anos, fixado artigo 174 do CTN, assim todos os créditos tributários foram extintos.

Destaca-se que, além do precedente específico destacado nas presentes razões, este C. STJ já decidiu de forma a prover o presente recurso especial em outras situações, vide: AgInt no REsp 1.461.208/SC, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 13/12/2017; AgInt no

REsp 1.573.429/RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 21/9/2016; AgRg no REsp 1.432.821/RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 2/6/2015. Demonstrada a correlata identidade fática entre os dois acórdãos comparados, verifica-se que há também identidade de fundamentação legal, qual seja, discute-se, em ambos os acórdãos comparados (recorrido e paradigma) o termo inicial do prazo prescricional tributário.

Tendo em vista a divergência entre os julgados configura a hipótese de recurso especial prevista no artigo 105, inciso III, alínea "c" da Constituição Federal, em virtude da demonstrada interpretação que este Superior Tribunal de Justiça confere a situações análogas à combatida, mostra-se patente que o acórdão recorrido merece reforma para adequar-se ao entendimento deste Tribunal" (fls. 49/54e).

Por fim, requer "o provimento do Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, III, alínea 'c', da Constituição Federal, REFORMANDO o v.Acórdão recorrido com o escopo de reconhecer a ocorrência de prescrição dos créditos tributários, visto transcurso do prazo de 5 (cinco) anos, 2 (dois) meses e 25 (vinte e cinco) dias entre a DATA DA RESCISÃO MATERIAL DESTA DO PARCELAMENTO (29/02/2012) e o ajuizamento da execução fiscal (25/05/2017)" (fl. 55e).

Contrarrazões a fls. 83/86e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 89e).

A irrisignação não merece conhecimento.

A interposição do Recurso Especial pela alínea c do permissivo constitucional exige que o recorrente cumpra o disposto no referido dispositivo e o disposto nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 (atual art. 1.029, § 1º, do CPC/2015), no art. 26 da Lei 8.038/90 e no art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Assim, é inviável a apreciação de Recurso Especial fundado em divergência jurisprudencial, quando o recorrente não demonstrar o suposto dissídio pretoriano por meio: **(a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma**, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; **(b) da citação de repositório oficial**, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; **(c) do cotejo analítico**, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma; **(d) a indicação dos dispositivos de lei federal com interpretação divergente entre os Tribunais**.

Deixando o recorrente de assim proceder, carece de fundamentação recursal,

incidindo o disposto na Súmula 284/STF, segundo o qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Com efeito, da análise das razões expendidas no Recurso Especial, observa-se que **a parte ora recorrente omitiu-se de realizar o necessário cotejo analítico, limitando-se a transcrever as ementas dos julgados apontados como paradigmas**, conforme se observa da fl. 52e, furtando-se de demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados.

Nos termos do art. 1.029, § 1º, do CPC/2015, e do art. 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial, com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, exige comprovação e demonstração, em qualquer caso, **com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações**, providência não adotada no presente feito.

A propósito, confira-se:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. RECONHECIMENTO DE CONEXÃO ENTRE AÇÃO INDENIZATÓRIA INDIVIDUAL E AÇÃO COLETIVA. REEXAME DE FATOS. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO.

(...)

**3. A divergência jurisprudencial, nos termos do art. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos julgados que configurem o dissídio, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, o que não restou evidenciado na espécie.**

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1620860/RO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 01/03/2017).

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DIREITO PERSONALÍSSIMO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE PREPARO. DESERÇÃO. **NÃO DEMONSTRAÇÃO.**

**DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.**

1. Não se pode conhecer de Recurso interposto pela alínea 'c' do permissivo constitucional. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo ao recorrente demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal discordante.

2. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a falta da comprovação do preparo (porte de remessa e retorno dos autos e das custas do apelo especial), ou sua irregularidade, conduz à pena de deserção.

3. O benefício da gratuidade de justiça é um direito personalíssimo e, portanto, intransferível ao procurador da parte.

4. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.413.587/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/03/2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora